

A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA, DO SÉCULO XVIII AO XXI

THE IMPORTANCE OF OCCUPATION NUCLEI ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER, FROM THE 18TH TO THE 21ST CENTURY



<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1501>

André Vieira Freitas



Universidade de Brasília



Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0316-3297>



E-mail: andrevfreitas.geoint@gmail.com

Marília Steinberger



Universidade de Brasília



Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3868-8616>



E-mail: rtlia@solar.com.br

Resumo: Este artigo analisa o papel dos núcleos de ocupação na constituição da fronteira Brasil-Bolívia, do período colonial até a emancipação política e consolidação dos limites internacionais. A partir de revisão bibliográfica teórico-conceitual e empírico-documental, além de entrevistas, o estudo evidencia os principais períodos de formação da fronteira e destaca os núcleos de ocupação como elementos fundamentais, inicialmente como marcos de afirmação territorial e, posteriormente, como vetores de integração.

Palavras-chaves: geografia histórica; fronteiras internacionais; Brasil; Bolívia; núcleos fronteiriços de ocupação.

Abstract: This article analyses the role of occupation nuclei in the formation of the Brazil-Bolivia border, from the colonial period to political emancipation and the consolidation of international boundaries. Based on a theoretical-conceptual and empirical-documentary literature review, as well as interviews, the study highlights the main periods of border formation and emphasizes occupation nuclei as fundamental elements, initially as landmarks of territorial affirmation and, later, as vectors of integration.

Keywords: historical geography; borderlands; territory; Brazil; Bolivia, occupation borderlands nuclei.

Introdução

Brasil e Bolívia partilham uma expressiva fronteira cuja constituição remonta à sua origem colonial, sendo gerada a partir da mobilidade territorial que sedimentou os limites internacionais contemporâneos, ratificados no século XX¹. Os 3.423 km de limite

¹ Neste artigo considera-se que os conceitos de limite internacional e fronteira são distintos e relacionados. Limite internacional é definido como uma linha política e jurídica que estabelece a borda ou periferia de um território onde o Estado exerce sua soberania e controle efetivo. Ele possui uma orientação para "dentro" do território, servindo como um

internacional correspondem a quase 22% do total das lindes continentais brasileiras (15.719 km) e a cerca de 50% das lindes bolivianas (6.834 km)², o que representa a mais extensa dentre as linhas de fronteira de ambos os países.

O olhar sobre a fronteira Brasil-Bolívia se justifica porque, além de ser a fronteira mais extensa de ambos os países, é a que abrange o maior número de unidades da federação brasileira, com quatro estados lindeiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e outro na faixa de fronteira³ (Amazonas), ao passo que do lado boliviano abrange três departamentos lindeiros (Pando, Beni e Santa Cruz). Ademais, ressalta-se o caráter estratégico dessa fronteira, ao conectar as duas principais bacias da América do Sul: a Amazônica e a Platina.

A origem dessa fronteira revela o processo de interiorização da colonização ibérica na América do Sul, com o estabelecimento dos seguintes tipos de núcleos de ocupação: missões jesuíticas, pueblos, povoados ou povoações, arraiais, vilas e cidades. Esses núcleos se avizinham no centro-oeste sul-americano desde o século XVIII e no decorrer do século XIX e XX, quando foi se consolidando a fronteira entre Brasil e Bolívia. Nesse sentido, são analisados os antecedentes na época colonial, a história dos países como Estados independentes e o teor das relações bilaterais contemporâneas.

Com foco nesse recorte espacial e temporal, o objetivo do presente artigo é compreender o processo de constituição da fronteira Brasil-Bolívia. A questão a ser investigada relaciona-se à importância dos núcleos de ocupação na formação da fronteira e nas iniciativas de integração entre os dois países.

O texto baseia-se em uma revisão bibliográfica teórico-conceitual e empírico-documental, além de entrevistas⁴ com autoridades das chancelarias brasileira e boliviana e

instrumento formal de separação entre unidades nacionais. Já a fronteira é conceito mais amplo que compreende uma zona de contato, integração e transição entre diferentes sociedades e territórios; ao contrário do limite linear, a fronteira é vista como um espaço dinâmico de intercâmbio, comunicação e relações sociais que se estende para além da linha divisória. (COSTA, Wanderley Messias. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992; KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 38, n. 1-2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37319/24101>. Acesso em 3 mai. 2025; KRISTOF, Ladis K. D. The nature of frontiers and boundaries. *Annals of the Association of American Geographers*, 49(3), 269–282, 1959. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1959.tb01613.x>. Acesso em: 10 mar 2025; MACHADO, Lia Osorio, Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. *Continentes em Chamas*. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 245–281; RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018; Instituto Nacional de Estadísticas, 2015.

³ O Brasil define legalmente uma faixa interna de fronteira, composta por uma extensão de 150 km a partir do limite internacional (BRASIL, CF/1988, Art. 20, § 2; Lei 6.634, de 2/5/1979; Decreto 85.064, de 26/08/80). No trecho comum com a Bolívia, o estado do Amazonas se insere na faixa de fronteira brasileira.

⁴ Para acessar as entrevistas na íntegra, conferir XXXXXXX, X. X. X xxxxx xx xxxxx (Tese de doutorado, Universidade XXX). Universidade XXX, #####.

dos estados, departamentos e municípios fronteiriços. Quanto à estrutura, apresenta três seções: 1) o período embrionário, entre o século XVIII e a década de 1820, como antecedentes da fronteira na época colonial; 2) o período de definição e redefinição de limites entre a década de 1820 e 1903, partindo da independência de Brasil e Bolívia até o início do século XX; 3) o período de estabilização dos limites, a partir de 1903, quando se ampliaram as iniciativas de integração fronteiriças.

Antecedentes Da Fronteira Brasil-Bolívia No Período Colonial

As fronteiras internacionais são definidas pelas relações de poder no território. Como assinala Ancel, “a fronteira é uma isóbara política, que fixa, por um tempo, o equilíbrio entre duas pressões”⁵.

Associadas à afirmação do Estado-nação moderno, enquanto forma de organização social por excelência, as fronteiras indicam, como apontam López Trigal e Del Pozo, “um dos marcos significativos dos Estados-nações modernos”⁶. Já dizia Ratzel, “o Estado é inconcebível sem o território e as fronteiras”⁷.

Podem ser identificadas ainda fronteiras políticas em outras formas de organização territorial, como entre domínios coloniais. Nesse sentido, tendo em vista os projetos coloniais português e espanhol, faz-se possível uma leitura dos antecedentes da fronteira Brasil-Bolívia a partir das fronteiras entre os domínios ibéricos na América do Sul.

O processo de dominação dos povos e terras que formaram a América insere-se no contexto da expansão marítima e comercial europeia e nas disputas, no fim do século XV, entre o Reino de Portugal e o Reino de Espanha. Como base para o projeto colonial que então se desenhava, Dom João II de Portugal e os Reis Católicos Dona Isabel de Castela e Dom Fernando II de Aragão firmaram, em 7 de junho de 1494, em Tordesilhas⁸, o ‘Tratado de Capitulação da Partição do Mar Oceano’, que previu um meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde para a partição das terras a serem “descobertas” entre Espanha,

⁵ Trecho em francês: “la frontière est une isobare politique, qui fixe, pour un temps, l’équilibre entre deux pressions” (ANCEL, J. *Géographie des Frontières*. Paris: Gallimard, 1938, p. 195).

⁶ Trecho em espanhol: “uno de los rasgos significativos de los Estados-naciones modernos” (LÓPEZ TRIGAL, L; DEL POZO, P. B. *Geografía política*. Madri: Ediciones Cátedra, 1999, p. 120).

⁷ Trecho em francês: “l’État n’est pas concevable sans territoire et sans frontières” (RATZEL, F. *Le sol, la société et l’État. L’Année sociologique* (1896/1897-1924/1925), v. 3, p. 1-14, 1898, aqui: p. 1. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27880898>. Acesso em 26 ago. 2021).

⁸ Medições contemporâneas apontam que o meridiano de Tordesilhas cortaria as atuais cidades brasileiras de Belém (Pará) e Laguna (Santa Catarina).

fixando seus domínios a leste, e Portugal, fixando-os a oeste⁹. Apesar da previsão inicial para um limite entre a América Espanhola e América Portuguesa, ocorreram diversos fluxos entre esses territórios.

Sobre a presença espanhola na América do Sul, o grande destaque era a mineração, centrada nas regiões andinas, mas ocorreram fluxos para o interior do subcontinente, na esteira das missões jesuíticas de Moxos¹⁰ e Chiquitos, que incluíram a escravização das populações nativas e a cobrança de tributos e serviram para conter as incursões portuguesas e resguardar a região mineradora no altiplano¹¹.

As missões de Moxos foram estabelecidas a partir da metade do século XVII, na bacia Amazônica, predominantemente nas sub-bacias dos rios Mamoré, Beni e Baures¹². Já as missões de Chiquitos¹³ foram estabelecidas ao sul de Moxos, entre as bacias amazônica e platina, no período do fim do século XVII até meados do século XVIII. No âmbito dessas missões, foram constituídos diversos núcleos de ocupação pela Espanha no período colonial, conforme mostrado no Quadro 1.

⁹ ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989; GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015; VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

¹⁰ Na literatura, foram encontradas as grafias Mojos e Moxos, mas neste artigo adota-se o termo Moxos, denominação usada oficialmente pelo Estado boliviano nos topônimos no país.

¹¹ SENA, E. C. De colônias ao início dos Estados nacionais: considerações sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 114–130, dez. 2012. DOI: [10.22228/rtf.v5i2.125](https://doi.org/10.22228/rtf.v5i2.125).

¹² Dentre as missões de Moxos destacam-se: Loreto (1682), Trinidad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), San Borja (1693), San Pedro (1697), Concepción (1708), Exaltación (1709), San Joaquín (1709), Reyes (1710), Santa Ana (1719), Magdalena (1720), todas no atual departamento do Beni (LIMPIAS ORTIZ, V. H. Misión de Moxos. *Apuntes*, Bogotá, v. 20, n. 1, jun 2007, p. 70-91, aqui: p. 77. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a05.pdf>. Acesso em 2 fev. 2025).

¹³ A partir de incursões ao oriente desde a constituição de Santa Cruz, procedeu-se com o estabelecimento das missões de Chiquitos: San Francisco de Javier (1691), San Rafael de Velasco (1696), San José de Chiquitos (1698), Concepción (1699), San Miguel de Velasco (1721), San Ignacio de Velasco (1748), Santiago de Chiquitos (1754), Santa Ana de Velasco (1755) e Santo Corazón (1760) (CARVALHO, F. A. L. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/62485>. Acesso em 4 dez. 2019; MEIRELES, D. M. *Guardiões da fronteira*. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989).

Quadro 1 – Núcleos constituídos por Espanha no período colonial

Localização	Núcleos/evolução toponímia ⁽¹⁾
Missões de Moxos	Loreto (1682)
	Trinidad (1686)
	San Ignacio de Moxos (1689)
	San Javier (Moxos) (1691)
	San Borja (1693)
	San Martin (após 1696) ⁽²⁾
	San Pedro (1697) ⁽²⁾
	Concepción de Baures (1708)
	Santa Ana del Yacuma (1708)
	Exaltación (1709)
	San Joaquín ⁽¹⁾ (1709) → San Joaquín del Beni (1796)
	Reyes (1710)
	Magdalena (1720)
	San Simón (17--) ^{(2) (3)}
	Santa Rosa (1742) ⁽²⁾
	San Miguel (1746) ⁽²⁾
	San Simón (Itenez) (1746) ⁽²⁾
	San Miguel (17--) ^{(2) (3)}
	San Nicolás (17--) ^{(2) (3)}
Missões de Chiquitos	San Javier (1691)
	San Rafael de Velasco (1696)/San Rafael
	San José de Chiquitos (1698)
	Concepción (1699)
	San Miguel de Velasco (1721)
	San Ignacio de Velasco (1748)
	Santiago de Chiquitos (1754)
	Santa Ana de Velasco (1755)
	Santo Corazón (1760)
	San Ramón de la Ribera (1792)

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação, mudanças de denominação e de status político-administrativa.

⁽²⁾ Núcleos desaparecidos.

⁽³⁾ Data indefinida, ao longo do século XVIII.

Esses núcleos foram o embrião de futuras cidades bolivianas desenvolvidas a partir da colonização espanhola, como Trinidad, San Ignacio de Moxos, San Borja e Santa Ana del Yacuma, antigas missões de Moxos, e San Ignacio de Velasco, San Miguel de Velasco e San Ramón, antigas missões de Chiquitos.

Quanto à presença portuguesa no interior da América do Sul, promoveram-se dois tipos de movimentos exploratórios – as entradas do século XVI e as bandeiras do século XVII, que tinham como objetivo principal a busca por riquezas minerais, em cujo rastro, diversos povos originários foram escravizados ou massacrados. Em paralelo, estruturava-se na colônia portuguesa uma dinâmica produtiva voltada para outras atividades do setor primário, com o extrativismo, a agricultura e a pecuária. Esses movimentos levaram à

constituição de núcleos de origem portuguesa nas porções platina¹⁴ e amazônica¹⁵, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Núcleos constituídos por Portugal no período colonial	
Localização	Núcleo / evolução toponímia ⁽¹⁾
Porção platina	Arr. da Forquilha (1719)/V. Real do Sr. Bom Jesus de Cuyabá (1727)/Cuyabá (1818)/Cuiabá
	Cocais (1730)/Livramento (1835/1835)/S. José dos Cocais (1943)/Nossa Senhora do Livramento (1948)
	Forte Coimbra (1775/1953)
	Arraial Beripoconé (1777)/São Pedro del Rei (1778)/Poconé (1811/1831)
	Vila Maria do Paraguai (1778)/São Luís de Cáceres (1874)/Cáceres (1938)
	Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (1778)/Albuquerque/Corumbá Ladário (1778/1896/1953)
Porção amazônica	Mondego (1778) / Miranda (1853/1857)
	Arr. Pouso Alegre (1738)/V. Bela da Sm. ^a Trindade (1752/1975)/Mato Grosso (1818) Santa Cruz (17--) ⁽²⁾
	Quilombo Santa Cruz (17--) ⁽²⁾
	São João dos Índios (1754) / Lamego (1769) ⁽³⁾
	São José ⁽⁴⁾ (1751) → São José (1754) ⁽⁴⁾ → São José de Leomil (1769) ⁽³⁾
	Sítio das Pedras (175-) ⁽⁵⁾ /Destacamento das Pedras (175-) ⁽⁴⁾ /Pedras Negras (1945)
	Balsemão (1769) ⁽³⁾
	Forte Príncipe da Beira (1776/1945)
	Viseu (1776) ⁽³⁾
	Rolim de Moura do Guaporé (17--/199-) ⁽²⁾
	Casal Vasco (1783) ⁽³⁾
	São João Batista do Crato ^{(3) (4)} (1797 → 1802)

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação, mudanças de denominação e de status político-administrativa.

⁽²⁾ Data indefinida, ao longo do século XVIII.

⁽³⁾ Núcleos desaparecidos.

⁽⁴⁾ Núcleos deslocados.

⁽⁵⁾ Na década de 1750.

A partir desses núcleos, formaram-se cidades consolidadas contemporaneamente, como Cuiabá, na porção platina, erguida como Arraial da Forquilha, em 1719, após a descoberta do ouro no rio Coxipó, afluente do Cuiabá, por Pascoal Moreira Cabral e no Córrego da Prainha, afluente do Cuiabá, por Miguel Sutil; assim como Vila Bela da Santíssima Trindade, na porção amazônica, estabelecida com a descoberta do ouro no rio Guaporé em 1738¹⁶.

¹⁴ A oeste do limite de Tordesilhas, a partir da descoberta do ouro no rio Cuiabá em 1718, surgiu Arraial da Forquilha, que deu origem à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, em 1727. Também na bacia do rio Cuiabá, constituiu-se, em 1730, Cocais, povoação a partir da qual se constituiu, no século seguinte, a Vila Livramento (TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*).

¹⁵ Impulsionada pela descoberta do ouro do Guaporé e tendo em vista a consolidação da posse portuguesa nessa porção do território, na margem direita desse rio foi fundado em 1738, o arraial Pouso Alegre, núcleo a partir do qual se constituiu, em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, erigida a capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, criada em 1748 (TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*).

¹⁶ ARAÚJO, R. M. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 41-76. jan.- jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a03.pdf>. Acesso em 30 nov 2019.

Considerando ambos os quadros, observa-se que os núcleos espanhóis foram estabelecidos antes e em maior número em relação aos núcleos portugueses. Considerando o conjunto desses núcleos, no interior da América do Sul, constituiu-se uma vasta zona de fronteira entre as colônias ibéricas. Já se havia rompido o poroso limite internacional de Tordesilhas. E os núcleos de ocupação tiveram um papel relevante.

Os movimentos promovidos pelos portugueses para o interior, bem como a fixação de povos serviram de base para ratificar a mobilidade de fronteiras. Daí o reconhecimento de um novo limite internacional entre os domínios coloniais ibéricos com a celebração de um Tratado assinado em 13 de janeiro de 1750, na capital espanhola. Ademais de se fundamentar no princípio do *uti possidetis*, em que o direito ao território deveria caber a quem o povoara, o Tratado de Madri valorizou uma série de objetos naturais, como os rios Paraguai, Guaporé e Jauru, para a definição dos limites¹⁷.

Entrou em curso então uma geopolítica portuguesa para as fronteiras da colônia, capitaneada pelo primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, que ordenou a construção do Forte Príncipe da Beira¹⁸, às margens do rio Guaporé, e do Forte Coimbra¹⁹, às margens do rio Paraguai²⁰. Nesse contexto, foi constituída uma série de núcleos de ocupação na zona de fronteira entre o oeste do Brasil colônia e os domínios espanhóis, para ter posse e pressionar a fronteira, além da formação de quilombos. No centro-oeste sul-americano, esses núcleos distribuíram-se em grande medida na porção amazônica, sobretudo na bacia do Guaporé; já na porção platina, distribuíram-se, majoritariamente, na bacia do rio Paraguai (Figura 1).

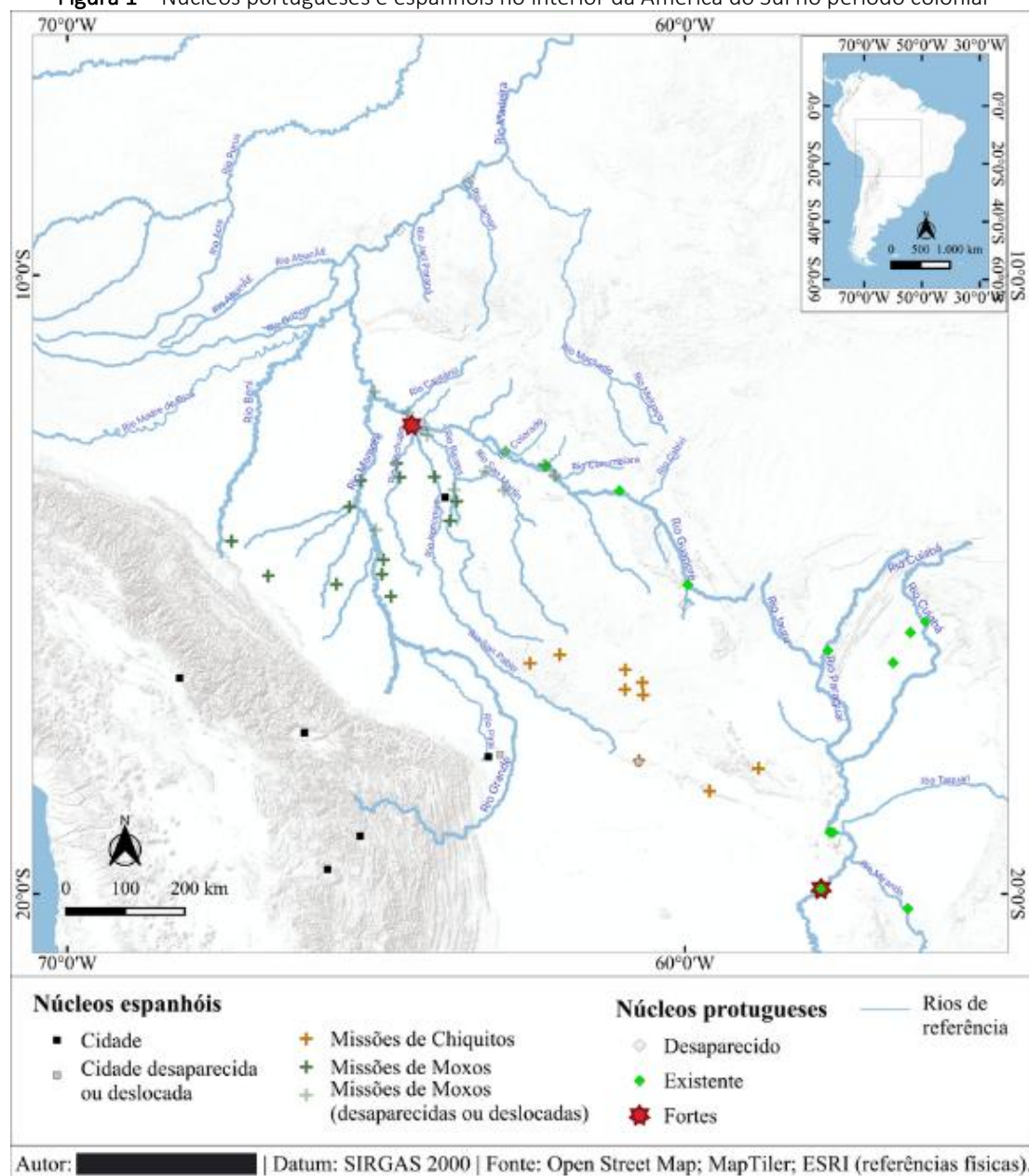
¹⁷ ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Op. Cit.; TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Op. Cit.

¹⁸ O Real Forte Príncipe da Beira foi erguido entre 1776 e 1783, a partir da destruição do forte Nossa Senhora da Conceição (depois rebatizado de Forte Bragança), erguido nas imediações em 1760.

¹⁹ O forte Coimbra foi erguido em 1791 a partir do Forte Nossa Senhora do Carmo, fundado em 1775.

²⁰ ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Op. Cit.; TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Op. Cit.

Figura 1 – Núcleos portugueses e espanhóis no interior da América do Sul no período colonial



Ao se analisar o conjunto desses núcleos portugueses e espanhóis no interior da América do Sul, observa-se o esboço dos contornos do que viria a se constituir na fronteira entre Brasil e Bolívia. Nesse sentido, a partir dos fluxos entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis e da constituição dos núcleos de povoamento, é possível identificar o período colonial como o embrionário da fronteira Brasil-Bolívia, cujo marco inicial se deu no século XVIII, quando núcleos portugueses e espanhóis se avizinham no centro-oeste sul-americano. O Tratado de Madri²¹ constitui uma referência nesse período, pois

²¹ O Tratado de 1750 traçou os limites portugueses e espanhóis na América e, posteriormente, foi uma das referências para os limites entre o Brasil e praticamente todos os países sul-americanos. De todo modo, o Tratado de Madri foi anulado, em 1761, pelo Tratado El Pardo. Em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Idelfonso, que retomou em grande parte os limites previstos no Tratado de Madri, mas com um favorecimento à Espanha na porção meridional. Esse Tratado

consolidou um limite internacional balizado pelos fluxos e pelos núcleos estabelecidos. Enquanto do lado espanhol, que posteriormente seria boliviano, a estratégia foi a ocupação pelas missões, do lado português, que posteriormente seria brasileiro, a estratégia foi a incursão pelas bandeiras.

Período De Definição Da Fronteira Internacional Após Independência Do Brasil E Da Bolívia

Após a declaração de independência do Brasil em 1822 e da Bolívia em 1825, ambos os países buscaram definir suas fronteiras. No entanto, as negociações bilaterais não avançaram até a assinatura do Tratado de La Paz de Ayacucho em 1867, que foi substituído pelo Tratado de Petrópolis em 1903. Essa indefinição se explica pelas fortes convulsões sociais enfrentadas pela Bolívia.

Nesse contexto, “a fronteira imensa e escassamente despovoada entre os dois países” tornou-se uma arena de conflitos e incidentes²². Foi o caso da incorporação, em 1825, da província boliviana de Chiquitos pela província brasileira de Mato Grosso. A proposta teria partido do governo de Chiquitos, contrário à independência. Após a expulsão dos invasores pelo General Sucre, o Império do Brasil anulou a decisão e determinou o recuo das tropas²³.

Apesar do estabelecimento de relações diplomáticas na década de 1830, o primeiro ato referente à demarcação de limites internacionais entre o Império do Brasil e a República da Bolívia foi o ‘Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação’, assinado em 27 de março de 1867, na cidade de Paz de Ayacucho.

O limite previsto no Tratado, conforme ilustrado na Figura 2, baseou-se em uma série de objetos naturais, como os rios Javari, Mamoré, Guaporé e Paraguai, morros e lagoas pantaneiras. Definiu também geodésicas que foram posteriormente detalhadas a partir de expedições da ‘Comissão de Limites’²⁴.

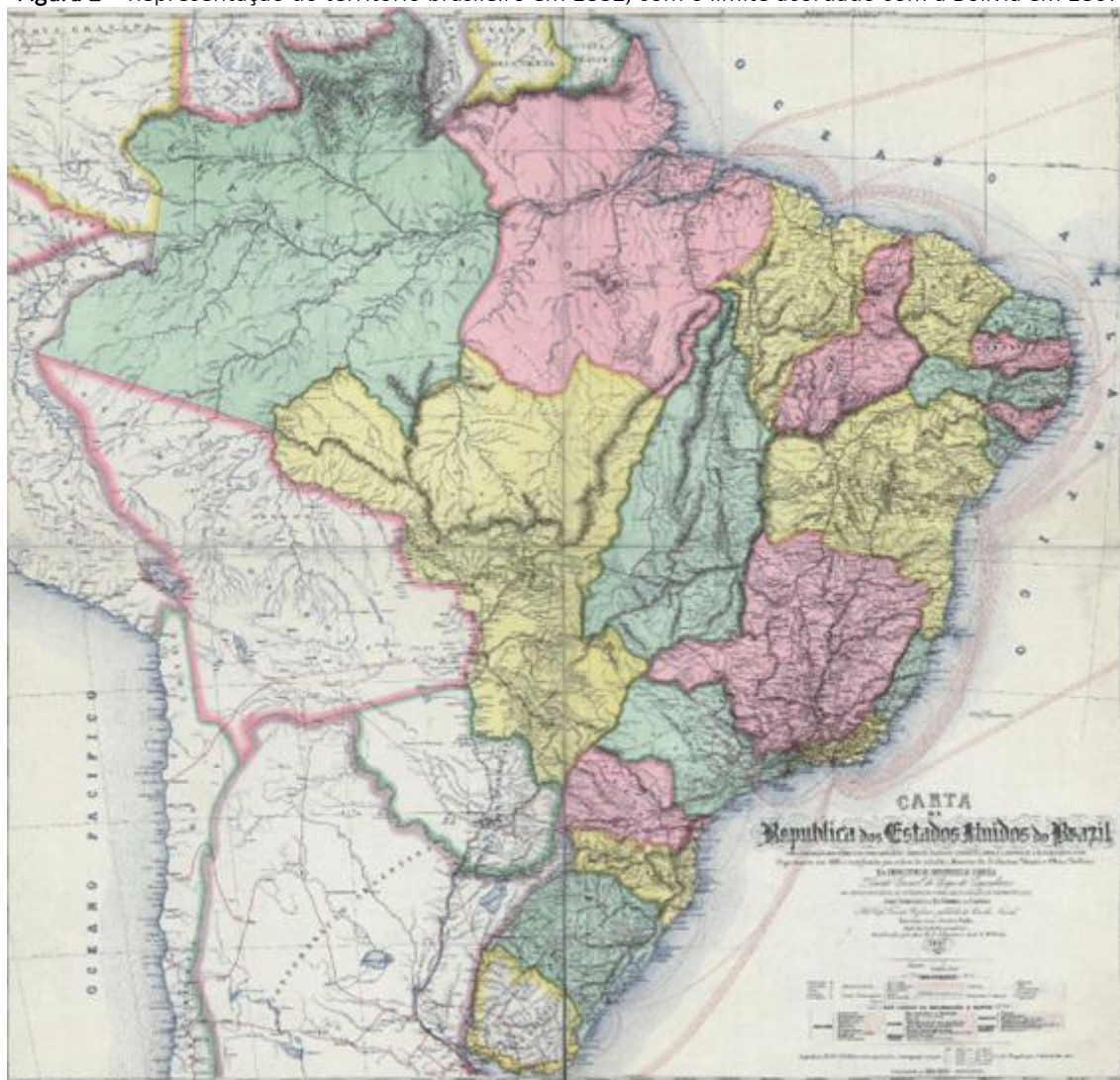
também foi posteriormente revogado. Diante da anulação desses atos, restou uma situação de indefinição de limites até a independência das ex-colônias, o que se tornou uma questão central nas relações entre os novos países (VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.).

²² TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Op. Cit., p. 197.

²³ ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Op. Cit.

²⁴ BRASIL; BOLÍVIA. *Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradicação* (Tratado de La Paz de Ayacucho). Paz de Ayacucho, 27 de março de 1867.

Figura 2 – Representação do território brasileiro em 1882, com o limite acordado com a Bolívia em 1867



Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA. <https://www.loc.gov/item/2001620473/>.

Operou-se uma espécie de permuta entre os dois países, que cederam mutuamente algumas de suas reivindicações em favor da outra parte: a Bolívia abdicou de pretensões das margens do rio Paraguai até o Jauru, enquanto o Brasil abdicou de pretensões sobre uma porção de terras ao norte da fronteira, nas bacias dos rios Purus e Juruá²⁵.

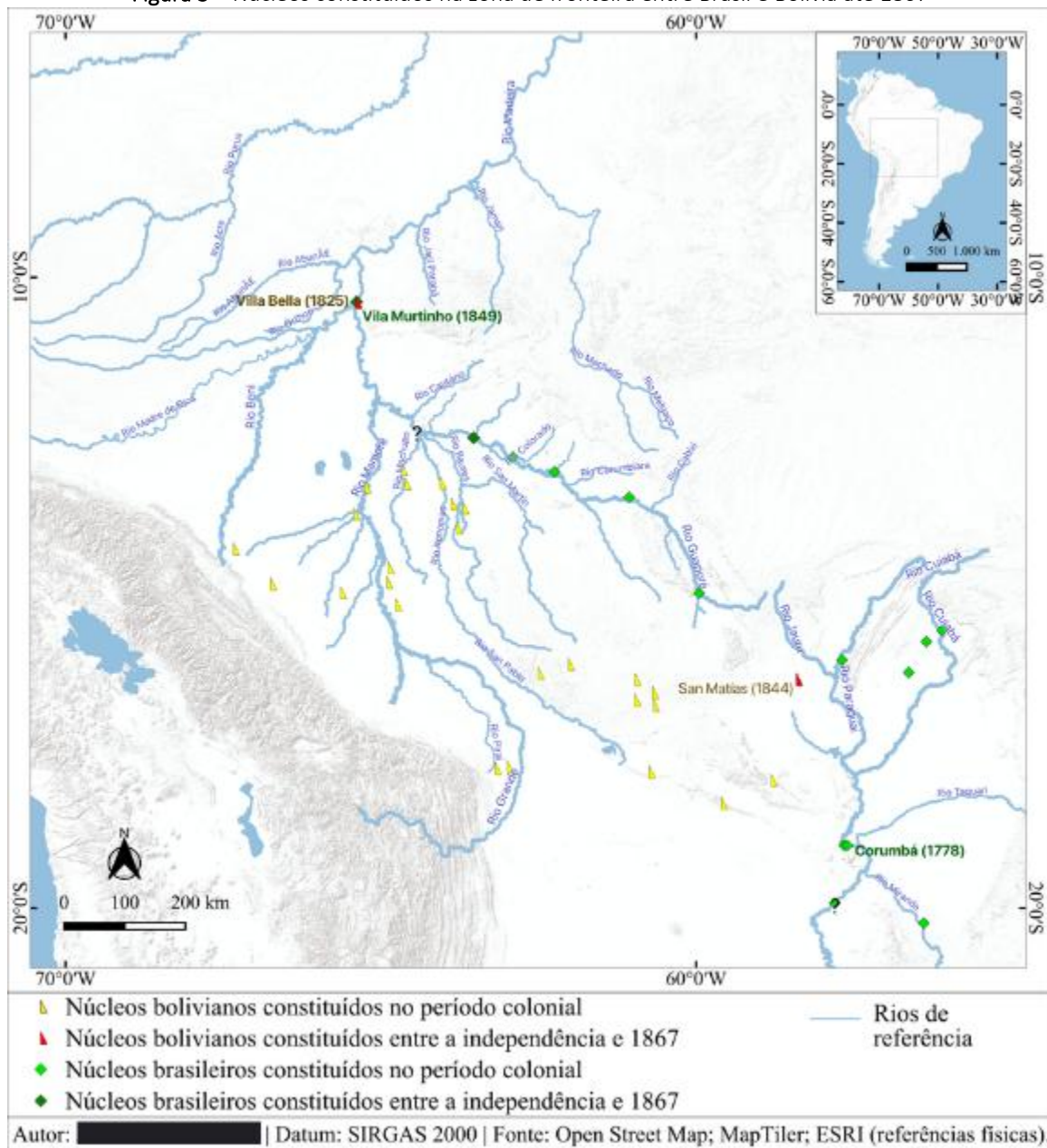
Seguindo a Tradição dos Tratados de Madri e de Santo Idelfonso, celebrados anteriormente entre as antigas metrópoles de Portugal e Espanha, o Tratado de 1867 adotou o princípio do *uti possidetis*, considerando os processos de ocupação de fato das terras, em que foram relevantes os núcleos que balizaram a definição do limite internacional.

Nesse Tratado, Brasil e Bolívia incluíram em seus territórios os seus respectivos núcleos de ocupação, tanto os constituídos no período colonial, quanto aqueles constituídos nas primeiras décadas após a independência, conforme mostrado na Figura 3. Do lado boliviano preservaram-se núcleos como Villa Bella, fundada em 1825, na porção amazônica

²⁵ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Op. Cit.; VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.

e San Matías, fundada em 1844, na porção platina. Do lado brasileiro preservaram-se núcleos como Vila Murтинho, fundada em 1849, na porção amazônica e Corumbá, fundada em 1778, na porção platina.

Figura 3 – Núcleos constituídos na zona de fronteira entre Brasil e Bolívia até 1867



Fonte: XXXXXXX, X. X. X xxxx xx xxxxx, p. XX.

A partir do Tratado de 1867 surgiram novos núcleos em ambos os lados da fronteira internacional, ainda no século XIX, sobretudo na porção amazônica²⁶, como mostrado nos Quadros 3 e 4.

²⁶ Na porção amazônica, destaca-se a constituição de diversos núcleos a partir da exploração da *hevea brasiliensis* (a seringueira) para a produção da borracha. Do lado boliviano destacam-se Cachuela Esperanza (1882), Riberalta (1884), Versalles (na década de 1890), Puerto Rico (1891), Puerto Palmira (1892), Puerto Siles (1894) e Puerto Alonso (1899); do lado brasileiro, Lábrea (1874), Nova Colônia de Boa Vista (1874)/Canutama (1891), Santo Antônio do Rio Madeira (em meados do século XIX) e Antimari (1890)/Floriano Peixoto (1897) (FONSECA, D. R. Região e história, um problema de

Quadro 3 – Núcleos constituídos pela Bolívia no século XIX após sua independência

Localização	Núcleos/evolução toponímia ⁽¹⁾
Porção amazônica	Villa Bella (1825)
	Cachuela Esperanza (1882)
	Puerto Rico (1891/1931)
	Puerto Palmira (1892)/Puerto Sucre (1905)/Guayaramerín (1892)
	Puerto Siles (1894)
	Riberalta (1894)
	Puerto Alonso (1899)
Porção platina	Versalles (189-) ⁽²⁾
	San Matías (1844)
	Puerto Suárez (1875)

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação do núcleo, mudanças de denominação e mudanças de status político-administrativa.

⁽²⁾ Indefinição do ano exato, provavelmente nos últimos anos do século XIX.

Quadro 4 – Núcleos constituídos pelo Brasil no século XIX após sua independência

Localização	Núcleo / evolução toponímia ⁽¹⁾
Porção amazônica	Vila Murinho (1849)
	Paz de Lábrea (1874)/Lábrea (1881)
	Antimari (1890)/Floriano Peixoto (1897/1938) ⁽²⁾ → Boca do Acre (1902)/Boca do Acre (1934)/Santa Maria da Boca do Acre (1938)/Boca do Acre (1938)
	Porto das Estrelas (1890)/Porto Estrela (1953/1991)
	Nova Colônia de Bela Vista (1874)/Canutama (1891)
	Santo Antônio do Guaporé (18--) ⁽³⁾
Porção platina	Campo Grande (1872/1899/1899)
	Barra do Rio Bugres (1878)/Barra do Bugres (1943)
	Aquidauana (1892/1906)
	Porto Murinho (1892/1900/1911)

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação do núcleo, mudanças de denominação e mudanças de status político-administrativa.

⁽²⁾ Núcleo deslocado.

⁽³⁾ Provavelmente constituído em meados do século XIX²⁷.

O Tratado de 1867 buscou também regularizar a navegação dos afluentes do Amazonas, para viabilizar o escoamento da produção boliviana pelo Brasil. Ao passo que a Bolívia tinha como estratégia impulsionar a navegação e a abertura do comércio com o

conceito: o caso da colonização do Madeira durante o século XIX. *Rev. de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, n. 13, v. 2, 1998, p. 50-64. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca13completa.pdf#page=50. Acesso em 26 ago. 2025; MARCHI MOYANO, B.; ARRAYA PAREJA, L. Guayaramerín: una frontera marcada por el río Mamoré y las cachuelas. *ÍCONOS Revista de Ciencias Sociales*, n. 70, v. XXV, 2do cuatrimestre, mayo-agosto 2021, p. 15-36. <https://doi.org/10.17141/iconos.70.2021.4670>; RIEDEL, F. *Comunidad de Versalles*. La Paz: Plural editores, 2020). Já na porção platina, constituiu-se, por iniciativa boliviana, Puerto Suárez (1874); e, por iniciativa brasileira, Barra do Rio Bugres (1878), Porto Estrela (1890) e Aquidauana (1892) (FERREIRA, J. C. V. *Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Defanti, 2014; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros - v.35. Municípios do Estado do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_35.pdf. Acesso em 27 ago. 2025).

²⁷ TEIXEIRA, M. A. D.; XAVIER, D. F. B. *Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental*. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, n.º 1, 2018, p. 351-371. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32718>

Brasil²⁸, a estratégia brasileira era atrair a Bolívia para o Atlântico e para si, o que foi utilizada um princípio na geopolítica brasileira em tratados e acordos posteriores²⁹.

Apesar da importância do Tratado de 1867, pelo reconhecimento de um limite internacional entre Brasil e Bolívia, seu texto abriu margem para controvérsias. Na porção norte, o Tratado era indefinido, apresentando duas alternativas: uma delas apontava que a linha divisória entre os dois países seguiria por uma paralela tirada na margem esquerda do rio Madeira, na latitude 10° 20' S, até encontrar o rio Javari; a outra apontava que “Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquela linha léste-oéste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary”³⁰.

De fato, a nascente do rio Javari, na latitude 7° 6' S, só foi identificada em 1898, após os trabalhos da comissão que subsidiou o reconhecimento da ‘linha Cunha Gomes’ em agosto de 1901³¹. Essa linha englobava, no território boliviano, boa parte das terras que alguns anos depois constituiu o Acre. Tal porção era objeto de atenção por La Paz tendo em vista a escassa ocupação por seus nacionais e a falta de integração ao restante do país, ademais, ganhou relevância graças à produção da borracha, que adquiria importância na economia mundial naquele contexto.

Na floresta amazônica, organizou-se uma estrutura produtiva da borracha a partir dos seringais, que tinham os rios como vias de escoamento e focos de povoamento. Dada a necessidade de mão de obra, entre o fim do século XIX e o início do século XX, ocorreu um grande fluxo migratório brasileiro, oriundo sobretudo do Nordeste, que avançou sobre as bacias dos rios Purus e Juruá, redundando na ocupação de terras então pertencentes à Bolívia.

Preocupados com a situação, em 1898, os bolivianos instalaram uma alfândega em Puerto Alonso, à margem do rio Acre, com a anuência brasileira, ressalvando-se que fosse deslocada para o sul, caso se verificasse ser parte do território brasileiro. Mas a população brasileira ali estabelecida rebelou-se em 1899 para expulsar as autoridades bolivianas de Puerto Alonso. Nesse mesmo ano, a população revoltosa proclamou a independência do Acre como um país autônomo. Sua capital, estabelecida em Puerto Alonso, foi rebatizada de Porto Acre. Esse primeiro período do Acre independente foi denominado de ‘Primeira República do Acre’, que durou de julho de 1899 a março de 1900. Considerando que o movimento de

²⁸ Sobre tudo após a Guerra do Pacífico (1879-1883), que levou a Bolívia a perder seu acesso oceânico.

²⁹ ZAMBRANA LARA, C. G. Historia Fotográfica del Puerto Cobija (1908). *Rev. Fuentes Cong.* [online]. fev. 2011, vol.5, n.12, p. 5-13; TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*

³⁰ BRASIL; BOLÍVIA. *Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição* (Tratado de La Paz de Ayacucho), *Op. Cit.*, Art. 2º.

³¹ GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas, Op. Cit.*

independência foi fruto da ação de brasileiros que agrediram a soberania boliviana, o Brasil não reconheceu esse país e promoveu uma intervenção militar para devolver o território à Bolívia³².

Entretanto, ainda em 1900, os revoltosos promoveram uma nova investida. Após impedirem uma missão militar boliviana, seringueiros brasileiros, com o apoio da Expedição dos Poetas (profissionais liberais e boêmios de Manaus), proclamaram a ‘Segunda República do Acre’ ou ‘República dos Poetas’, que durou de novembro a dezembro de 1900 e foi dissolvida por tropas bolivianas³³.

Até então o Brasil reconhecia a soberania boliviana sobre aquele território, com base no Tratado de 1867. Porém, a situação mudou a partir do envolvimento de atores externos, quando, em 1901, o governo boliviano decidiu terceirizar sua soberania nessa porção do território, arrendando-a para um consórcio anglo-americano. Por meio da concessão Aramayo, o Bolivian Syndicate of New York City poderia explorar as terras por 30 anos, com poderes de polícia³⁴.

Em dezembro de 1902, o Barão do Rio Branco, ao assumir a pasta brasileira das Relações Exteriores, propôs à Bolívia a compra do Acre, o que foi negado. Nessa conjuntura, o governo brasileiro definiu uma nova estratégia, comandada por Plácido de Castro, que tomou Porto Acre, derrotou as forças bolivianas em 1902 e proclamou a ‘Terceira República do Acre’, que durou de janeiro a março de 1903. Em resposta, a Bolívia enviou uma expedição militar chefiada pelo próprio presidente, General Pando³⁵. Após a vitória de Plácido de Castro, o general boliviano “percebendo que não poderia manter nenhum controle sobre o Acre, viu-se compelido a concordar com o entendimento diplomático”³⁶.

Em paralelo, o Barão do Rio Branco partiu para uma nova investida. Deixando de reconhecer a mencionada ‘linha Cunha Gomes’, defendeu que o limite entre os dois países deveria seguir pelo paralelo 10°20’ S. A porção ao norte desse paralelo foi declarada em litígio pelo Brasil, que passou a ocupar militarmente o Acre e decidiu fechar o rio Amazonas

³² MELLO, M. P. A questão de limites entre os estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia: aspectos históricos e formação do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ano 1, n. 1 (1990, jan./mar.), p. 5-71. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf. Acesso em 2 fev. 2025; VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.

³³ VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.

³⁴ VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.; GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, Op. Cit.

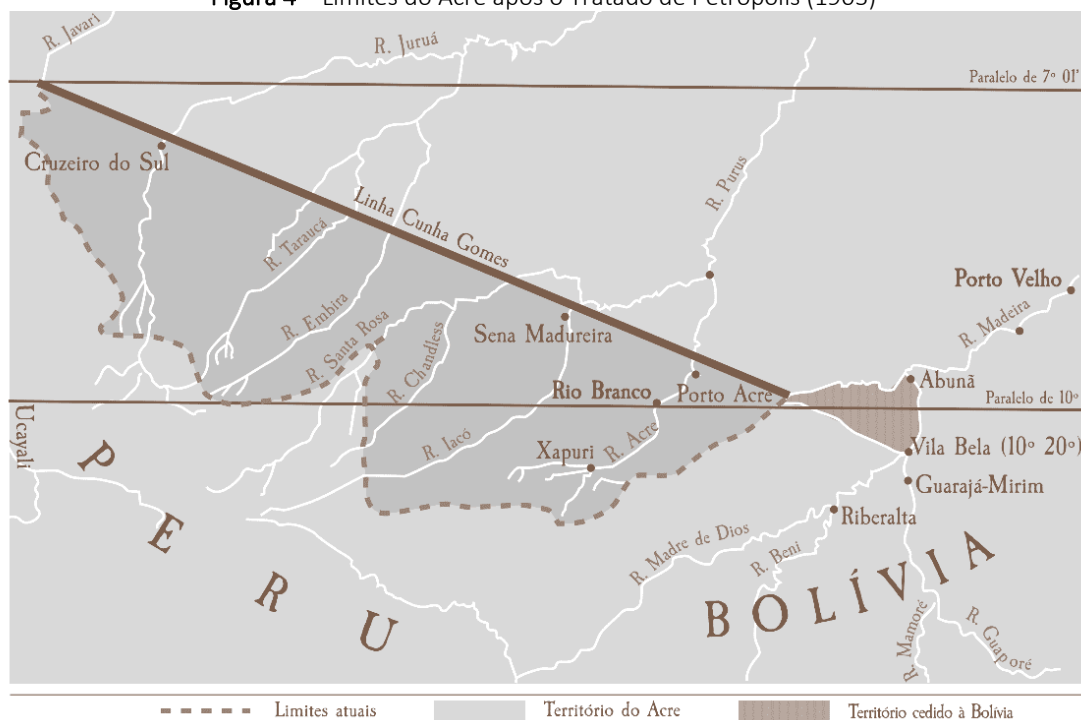
³⁵ GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, Op. Cit.

³⁶ ALVES, F. L. O Tratado de Petrópolis: interiorização do conflito de fronteiras, *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 42, nº 166, abril/junho de 2005, p. 131-159. Aqui: p. 138. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p131.pdf. Acesso em 2 fev. 2025.

para navegação boliviana. A outra face dessa investida foi a negociação, com Londres e Washington, da assinatura de um distrato em 1903 mediante uma indenização³⁷ ao Bolivian Syndicate para renunciar à concessão Aramayo³⁸.

A questão do Acre foi resolvida com a celebração, em 17 de novembro de 1903, na cidade de Petrópolis, do ‘Tratado de Permuta de Territórios e Outras Compensações’. Ratificando uma troca desigual de territórios, o Tratado de Petrópolis reconheceu o Acre como brasileiro (191.000 km²) e, como boliviana, uma área menor (2.300 km²) entre os rios Madeira e Abunã, nas proximidades de Villa Bella³⁹ (Figura 4).

Figura 4 – Limites do Acre após o Tratado de Petrópolis (1903)



Fonte: Adaptado de GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Op. Cit.*, p. 405).

Como compensações pela incorporação do Acre ao seu território, o Brasil pagou uma multa de £ 2.000.000 e se comprometeu a construir uma ferrovia para viabilizar o

³⁷ Há divergência acerca do valor da indenização, Goes Filho refere-se a £ 100.000, Teixeira Soares a £ 110.000 e Vargas, assim como Alves, a £ 114.000 (GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, *Op. Cit.*; TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. *Op. Cit.*; VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, *Op. Cit.*; ALVES, F. L. *O Tratado de Petrópolis*. *Op. Cit.*).

³⁸ ALVES, F. L. *O Tratado de Petrópolis. Op. Cit.*; GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas, Op. Cit.*; TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*

³⁹ Além de três pequenos ajustes em favor dos bolivianos nas proximidades do rio Paraguai. (GOES FILHO, S. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, *Op. Cit.*; MELLO, M. P. *A questão de limites entre os estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia*. *Op. Cit.*).

escoamento da produção boliviana⁴⁰, além do compromisso de garantir a navegação boliviana pela Amazônia brasileira⁴¹.

A ‘questão do Acre’⁴² gerou grande tensão entre Brasil e Bolívia. O conflito envolveu relações de poder entre distintos atores em múltiplas escalas, como: enfrentamentos entre a população local e as tropas brasileiras e bolivianas; disputas de interesses entre oligarquias regionais que controlavam a produção da borracha; a ingerência de atores privados representantes de países estrangeiros; a pressão do Brasil sobre a Bolívia; além de negociações diplomáticas.

Coadunando com a leitura de Teixeira Soares⁴³ da história e da geopolítica como construtoras de fronteiras, esse conflito ilustra a mobilidade da fronteira Brasil-Bolívia que teve como elemento primordial o uso e a ocupação do território, expressos pelos núcleos constituídos em ambos os países.

Cabe ressaltar que, com o Tratado de Petrópolis, sedimentaram-se os limites internacionais entre Brasil e Bolívia. A partir de 1903, inaugurou-se um novo período na história dessa fronteira, com ênfase no fortalecimento das relações bilaterais, por meio de iniciativas de integração logística e intensificação de fluxos.

Período de Estabilização da Fronteira e de Iniciativas de Integração a partir do Século XX

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, a história da fronteira Brasil-Bolívia entrou em um terceiro período, que pode ser considerado de estabilização, com distintas iniciativas bilaterais para aproximar os países como parceiros estratégicos e fomentar a integração logística. Nesse sentido, diversos núcleos surgiram na fronteira ao longo do século XX e no início do século XXI (Figura 5).

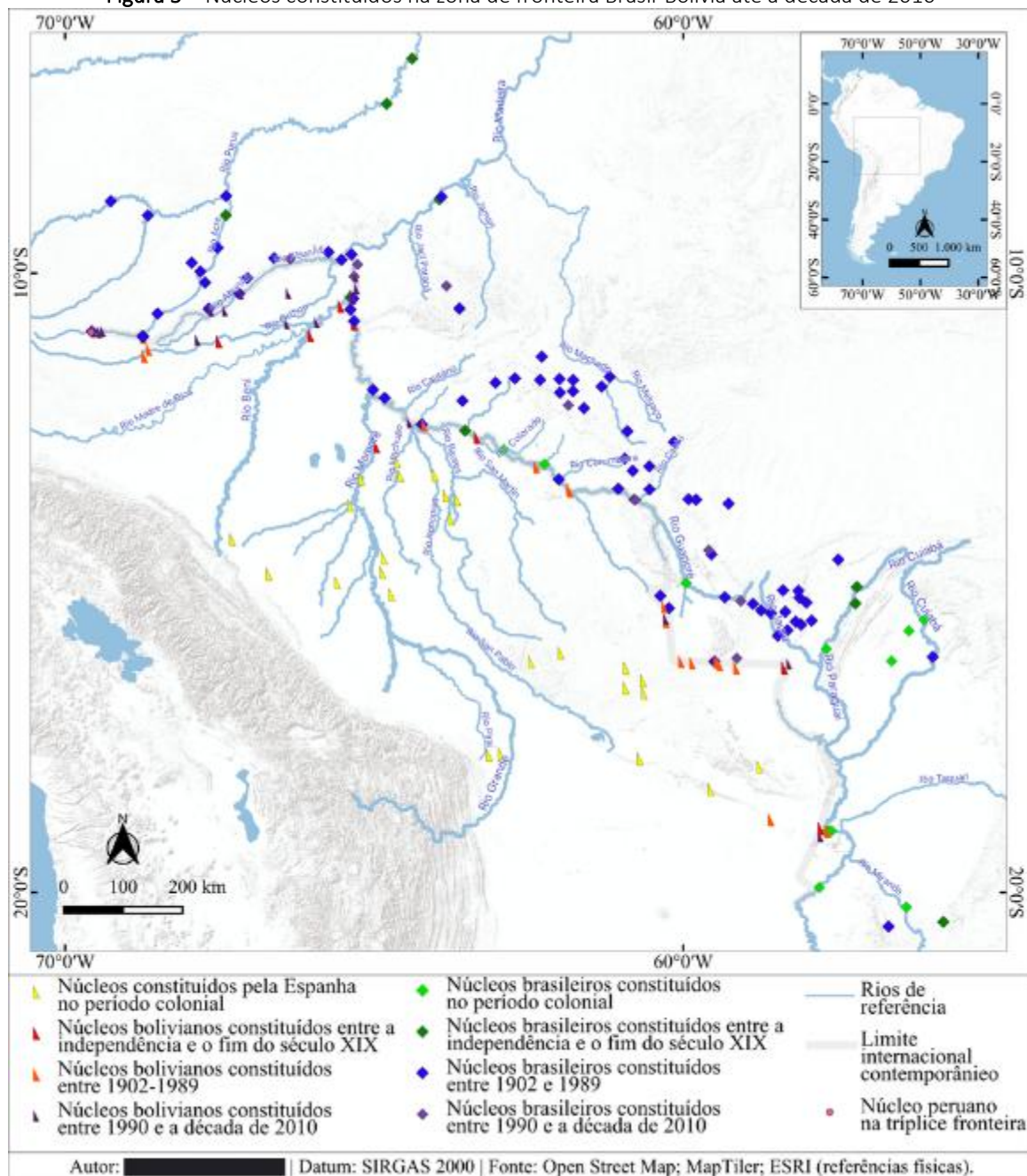
⁴⁰ O trajeto previsto para a ferrovia margeia trechos do rio Madeira, que é marcado por desníveis, como as cachoeiras de Santo Antônio, Teotônio e Jirau.

⁴¹ BRASIL; BOLÍVIA. *Tratado de permuta de territórios e outras compensações* (Tratado de Petrópolis). Petrópolis, 17 de novembro de 1903, Art. III.

⁴² A soberania brasileira sobre o Acre foi posteriormente reconhecida pelo Peru com a celebração do Tratado do Rio de Janeiro (1909), que previu ainda outros ajustes fronteiriços (ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil. Op. Cit.*).

⁴³ TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*

Figura 5 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 2010



Fonte: XXXXXXX, X. X. Xxxxx xx xxxxx, p. XX.

Do lado boliviano, verifica-se que a maioria dos núcleos se estabeleceram na porção amazônica⁴⁴, embora também sejam expressivos os núcleos estabelecidos na porção

⁴⁴ Puerto Bahia (1907)/Cobija (1908), para marcar a presença oficial; Filadelfia (1974), Porvenir (198-), Santa Rosa del Abuná (199-), a partir da exploração florestal; Santa Lucía (198-), Mapajo (1987) e Bolpebra (1995); Nueva Esperanza (1991), pelo garimpo; Buena Vista (198-) e Puerto Evo (2007), como entrepostos comerciais; San Juan de Puerto Ustateg (199-), a partir da infraestrutura rodoviária de transportes; Arca de Israel e La Gran Cruz, em 2000, como povoações religiosas ligadas à exploração florestal; Yaminahua e San Miguel de Manchineri, comunidades tradicionais reconhecidas como Territórios Indígenas Originários Camponeses em 2001; além de Humaita (Ingavi) (199-), Loma Alta (200-) e Villa Victoria (Santos Mercado) (2004), núcleos cujas motivações não foram apuradas (ZAMBRANA LARA, C. G. Historia Fotográfica del Puerto Cobija (1908), *Op Cit.*; WALI, Alaka; HERBAS, M.. Comunidades humanas. In: ALVERSON, W. S.; MOSKOVITS, Debra K.; HALM, I. C. (Org). Bolivia: Pando, Frederico Román. *Rapid Biological Inventories Report 6*. Chicago: Field Museum, 2003. Disponível em: <http://fm2.fieldmuseum.org/rbi/pdfs/bolivia06/bol06TechEsp.pdf>. Acesso em 4 set 2025).

platina⁴⁵, como mostrado no Quadro 5. Dentre os núcleos formados nesse período, a maioria se encontra no departamento de Pando, destacando-se a constituição, no limite internacional com o Brasil, entre o rio Acre e o igarapé Bahia, de Cobija, que se tornou capital departamental. Em seguida, aparecem os núcleos do departamento de Santa Cruz, onde se formou, na década 1940, Puerto Quijarro, também no limite internacional.

Quadro 5 – Núcleos constituídos pela Bolívia a partir do século XX		
Localização		Núcleos/evolução toponímia ⁽¹⁾
Porção amazônica	Território Nacional de Colônias do Noroeste/Pando ⁽²⁾	Puerto Bahia (1906)/Puerto Cobija (1907)/Cobija
		Filadeslfia (1974)
		Porvenir (198-/1995)
		Mapajo (1987)
		Santa Rosa del Abuná (199-) ⁽³⁾
		Bolpebra (1995)
		Nueva Esperanza (1991)
		Humaita (Ingavi) (199-) ⁽⁴⁾
		Arca de Israel (2000)
		La Gran Cruz (2000)
		Loma Alta (200-) ⁽⁵⁾
		San Miguel de Manchineri (2001)
		Yaminahua (2001)
		Villa Victoria (Santos Mercado) (2004)
		Puerto Evo (2007)
Porção platina	Beni	Buena Vista (198-) ⁽⁶⁾
		San Juan de Puerto Ustatez (199-) ⁽⁷⁾
		Las Petas (1910)
		Puerto Quijarro (1940)
		Carmen Rivero Torrez (1942)
		Marco Porvenir (196-) ⁽⁸⁾
		San Nicolas de Cerrito (197-) ⁽⁹⁾
		Arroyo Concepción (197-/198-) ⁽¹⁰⁾
		San Vicente de la Frontera (1976)
		Ascensión de la Frontera (19-) ⁽¹¹⁾
		San Bartolo (19-) ⁽¹¹⁾
		San Lorenzito de la Frontera (19-) ⁽¹²⁾
	Santa Cruz	San José de la Frontera (200-) ⁽¹³⁾
		Mercedita de la Frontera (200-) ⁽¹³⁾
		Carmen de la Frontera (200-) ⁽¹²⁾

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação do núcleo, mudanças de denominação e mudanças de status político-administrativa.

⁽²⁾ O Território Nacional de Colonias do Noroeste foi instituído em 1900, que depois foi convertido no departamento de Pando, em 1938.

⁴⁵ Las Petas (1910), para marcar a presença oficial; Puerto Quijarro (1940) e El Carmen Rivero Torrez (1942), a partir da construção da ferrovia entre Santa Cruz e a fronteira com o Brasil; Marco Porvenir (196-) e San Nicolas de Cerrito (197-), a partir da ocupação por comunidades tradicionais indígenas; Arroyo Concepción (197-), como entreposto comercial e aduaneiro; San Vicente de la Frontera (1976), a partir da ocupação por comunidades tradicionais e da exploração florestal; Carmen de la Frontera (200-), a partir da produção agropecuária; além de Ascensión de la Frontera (19-), San Bartolo (19-), San Bartolo (19-), San Lorenzito de la Frontera (19-), Mercedita de la Frontera (200-) e San José de la Frontera (200-), núcleos cujas motivações para o surgimento não foram apuradas (FERREIRA, J. C. V. *Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso, Op. Cit.*; PACINI, A. *Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira* (Brasil Bolívia). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54128>. Acesso em 20 ago. 2025).

- ⁽³⁾ A criação da seção municipal data de 1938, seu reconhecimento como capital provincial data de 1945, mas a mancha de ocupação começa a se expressar a partir da década de 1990.
- ⁽⁴⁾ A criação da seção municipal data de 1938, mas a mancha de ocupação começa a se expressar a partir da década de 1990.
- ⁽⁵⁾ A criação da seção municipal data de 1963, mas a mancha de ocupação começa a se expressar a partir da década de 2000.
- ⁽⁶⁾ Década de 1980.
- ⁽⁷⁾ Fim da década de 1990.
- ⁽⁸⁾ Década de 1960.
- ⁽⁹⁾ Década de 1970.
- ⁽¹⁰⁾ Entre início da década de 1970 e a década de 1980.
- ⁽¹¹⁾ Meados da década 1980.
- ⁽¹²⁾ Década de 2000.

Do lado brasileiro, constata-se que o número de núcleos constituídos nesse período é bem maior, como apresentado no Quadro 6. A maioria foi estabelecida majoritariamente na porção amazônica da fronteira⁴⁶, especialmente em Rondônia, cabendo ressaltar Guajará-Mirim e Costa Marques, e no Acre, Brasiléia e Epitaciolândia, todos localizados no limite internacional com a Bolívia. Na porção platina⁴⁷, o número de núcleos estabelecidos, embora menor, também é relevante.

⁴⁶ A partir da exploração florestal, Vila Rio Branco (1903)/Rio Branco (1912), Sena Madureira (1904), Xapuri (1904), Vila Brasília (1910)/Brasília (1938)/Brasiléia (1943), V. Pacatuba/Plácido de Castro (1922), Vila Castelo/Manoel Urbano (1936)/Manoel Urbano (1963), Vila Assis Brasil (1958)/Assis Brasil (1976), Vila Epitácio Pessoa (1958)/Epitaciolândia (1992), Vila Gavião (1962)/Capixaba (1992), Vila Quinari (1956)/Senador Guiomard (1963), Surpresa/Rodrigues Alves (1930/1998) e V. dos Pretos/Vila Guaporé (190-)/P. e Lacerda (1906); a partir da infraestrutura telegráfica, Vilhena (1910) e Pimenta Bueno (1912); da infraestrutura de transporte ferroviário, Porto Velho (1907), Abunã (190-)/Presidente Marques (1943) e Vila Iata (1912/1998); da infraestrutura de transporte fluvial, Porto São Domingo (1905)/Costa Marques (1906) e Fortaleza do Abunã (1985); da infraestrutura de transporte rodoviário, Bujari (1969), Vila Nova Mamoré (1988)/Nova Mamoré (1993) e Vila da Penha (200-); a partir da presença oficial e do controle aduaneiro, Esperidião Marques (1912)/Guajará-Mirim (1929); a partir da colonização oficial, Colorado (1973)/Cerejeiras (1983), Colorado (1973)/Colorado do Oeste (1981), N. Horizonte (1979)/Cacaieiro (1992)/N. Horizonte do Oeste (1994), Rolim de Moura (1979/1983), Vila Bambu (1978)/Santa Luzia (1982)/Santa Luzia d'Oeste (1986), Vila Redenção (198-)/Acrelândia (1992), Nova Esperança (1980)/Corumbiara (1992) e Bom Princípio (1983)/Seringueiras (1992); a partir da expansão da fronteira agrícola, Vista Alegre do Abunã (1981), Vila Brasilândia (1982)/Nova Brasilândia d'Oeste (1988), Pimenteiras (1983)/Pimenteiras do Oeste (1995), Primavera de Rondônia (198-), São Felipe d'Oeste (198-), Nova Califórnia (1985), Alta Floresta d'Oeste (1986), Alvorada d'Oeste (1986), Cabixi (1988), Parecis (198-), São Francisco do Guaporé (1993), Chupinguaia (198-), São Francisco do Guaporé (1993) e Buritis (1995); a partir da ocupação por comunidades tradicionais, Palmarito (1917), Laranjeiras (19--), e Aldeia Ricardo Franco (197-); da ocupação por comunidades tradicionais e pelo turismo, Vila Neide (199-) e Vila São João (200-); e da mineração e do garimpo, Campo Novo (1965)/Campo Novo de Rondônia (1992) e Araras (1991) (NOGUEIRA NETO, A. *As migrações e o crescimento econômico do Estado de Rondônia (1970 a 2010)*. Tese (Doutorado em Economia Regional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pós-Graduação em Desenv. Reg. e Agronegócio. Toledo, 2018. Disponível em: <http://131.255.84.103/bitstream/tede/3580/2/Antonio+Nogueira+Neto+2018.pdf>. Acesso em 2 set 2025; SILVA, Francisco Bento da. Homens e mulheres em fronteiras: criminalidade e sociabilidades em zonas de contato amazônicas no princípio do século XX. *Revista Labirinto*, v. 29, p. 82-94, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7cd8/d52fd5d797d0ab4b54c35115e2865f0ec9e3.pdf>. Acesso em 24 ago. 2025).

⁴⁷ A partir da colonização oficial e da expansão da fronteira agrícola: Vila da Amizade (1948)/Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo (1963)/Bodoquena (1980); Gleba Paulista (195-)/Jauru (1979), Vila do Lambari (1956)/Lambari (1981)/Lambari d'Oeste; Ituinópolis (1957)/Paixão (1963)/Araputanga (1977/1979); Tangará da Serra (1959/1969/1976); Salto do Céu (196-); Água Suja (1962)/Nova Esperança, Patrimônio (1966)/Indiavaí (1896); Mirassol (1964)/Mirassol d'Oeste (1976); São José dos Quatro Marcos (1966); Reserva do Cabaçal (1969); Cruzeiro d'Oeste (1972)/Glória d'Oeste; Nova Alvorada (1977)/Novo Oeste (1979)/Comodoro (1986); Figuerópolis (1978)/Figuerópolis d'Oeste (1986); Rio Branco (1953); Curva do Boi (19--)/Curvelândia (1988); Campos de Júlio (1986/1994; Conquistta d'Oeste (198-/1972/1999); Nova Lacerda (1995); Vale de São Domingos (1999) e Vila Picada (200-); a partir da ocupação por comunidades tradicionais, Fortuna

Quadro 6 – Núcleos constituídos pelo Brasil a partir do século XX

Localização	Núcleos/evolução toponímia ⁽¹⁾
Acre ⁽²⁾	Vila Rio Branco (1903) / Rio Branco (1912)
	Sena Madureira (1904/1912)
	Xapuri (1904/1913)
	Vila Brasília (1910) / Brasília (1938) / Brasília (1943)
	V. Pacatuba/Plácido de Castro (1922) / Plácido de Castro (1963)
	Vila Castelo/Manoel Urbano (1936) / Manoel Urbano (1963)
	Vila Quinari (1956) / Senador Guimard (1963)
	Vila Eptácio Pessoa (1958) / Eptaciolândia (1992)
	Vila Assis Brasil (1958) / Assis Brasil (1976)
	Vila Gavião (1962) / Capixaba (1992)
Amazonas ⁽³⁾	Bujari (1969) / Vila Bujari (1986) / Bujari (1992)
	Vila Redenção (198-) ⁽⁶⁾ / Acrelândia (1992)
	Porto Velho (1907/1914)
	Porto São Domingo (1905) / Costa Marques (1906/1977/1981)
	Abunã (190-) / Presidente Marques (1943) / Abunã (1945)
	Laranjeiras (19-) ⁽⁷⁾
	Vilhena (1910/1977)
	Esperidião Marques (1912) / Guajará-Mirim (1929)
	Vila Iata (1912/1998)
	Pimenta Bueno (1912/1977)
Porção amazônica	Surpresa/Rodrigues Alves (1930/1998)
	Campo Novo (1965) / Campo Novo de Rondônia (1992)
	Aldeia Ricardo Franco (197-/1996)
	Colorado (1973) / Cerejeiras (1983)
	Colorado (1973/1977) / Colorado do Oeste (1981)
	Vila Bambu (1978) / Santa Luzia (1982) / Santa Luzia d'Oeste (1986)
	N. Horizonte (1979)/Cacaieiro (1992)/N. Horizonte do Oeste (1994)
	Rolim de Moura (1979/1983)
	Nova Esperança (1980) / Corumbiara (1992)
	Vista Alegre do Abunã
Mato Grosso (porção noroeste)/Guaporé/Rondônia ⁽⁴⁾	Vila Brasilândia (1982) / Nova Brasilândia d'Oeste (1988)
	Bom Princípio (1983) / Seringueiras (1992)
	Pimenteiras (1983) / Pimenteiras do Oeste (1995)
	Primavera de Rondônia (198-) ⁽⁶⁾
	São Felipe d'Oeste (198-) ⁽⁶⁾
	Fortaleza do Abunã (1985)
	Nova Califórnia (1985)
	Alta Floresta d'Oeste (1986)
	Alvorada d'Oeste (1986)
	Cabixi (1988)
Mato Grosso	Parecis (198-) ⁽⁶⁾
	São Francisco do Guaporé (1993/1995)
	Vila Nova Mamoré (1988)/Nova Mamoré (1993)
	Chupinguaia (198- ⁽⁶⁾ /1995)
	Araras (1991)
	Vila Neide (199-) ⁽⁸⁾
	São Francisco do Guaporé (1993)
	Buritis (1995)
	Vila da Penha (200-) ⁽⁹⁾
	Vila São João (200-) ⁽⁹⁾
Mato Grosso	Palmarito (1917)
	V. dos Pretos/Vila Guaporé (190-)/P. e Lacerda (1906/1976/1979)

(1941) e Nova Fortuna (197-) (FERREIRA, J. C. V. *Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso, Op. Cit.*; PACINI, A. *Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira, Op. Cit.*).

Localização	Núcleos/evolução toponímia ⁽¹⁾
Porção platina	Porto Salitre (1906)/Porto Esperidião (1920/1986)
	Fortuna (1941)
	Gleba Paulista (195-) ⁽¹⁰⁾ /Jauru (1979)
	Rio Branco (1953)/Paz de Rio Branco (1978)/Rio Branco (1979)
	Vila do Lambari (1956)/Lambari (1981)/Lambari d'Oeste
	Ituinópolis (195-) ⁽¹⁰⁾ /Paixão (1963)/Araputanga (1977/1979)
	Tangará da Serra (1959/1969/1976)
	Salto do Céu (196-) ⁽¹¹⁾
	Água Suja (1962)/N. Esperança/Patrimônio (1966)/Indiavaí (1896)
	Mirassol (1964)/Mirassol d'Oeste (1976)
	São José dos Quatro Marcos (1966/1977/1979)
	Reserva do Cabaçal (1969/1978/1986)
	Nova Fortuna (197-) ⁽¹²⁾
	Cruzeiro d'Oeste (1972/1981)/Glória d'Oeste
	Nova Alvorada (1977)
	Figuerópolis (1978)/Figuerópolis d'Oeste (1986)
	Novo Oeste (1979)/Comodoro (1986)
	Curva do Boi (197-) ⁽¹²⁾ /Curvelândia (1988)
	Campos de Júlio (1986/1994)
	Conquista d'Oeste (198-/1972/1999)
Mato Grosso	Nova Lacerda (1995)
	Vale de São Domingos (1999)
Mato Grosso/Mato Grosso do Sul ⁽⁵⁾	Vila Picada (200-) ⁽⁹⁾
	Vila da Amizade (1948)/Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo (1963)/Bodoquena (1980)

⁽¹⁾ Considera-se a data de formação do núcleo, mudanças de denominação e mudanças de status político-administrativa.

⁽²⁾ Acre: Território Federal de 1904 a 1962; estado da federação a partir de 1962.

⁽³⁾ Na porção sudoeste do Amazonas, cujas terras posteriormente foram incorporadas a Mato Grosso, com a criação do município de Porto Velho em 1914, depois Território Federal do Guaporé (1943), Território Federal de Rondônia (1956) e estado de Rondônia (1981).

⁽⁴⁾ Parte de Mato Grosso, depois Território Federal do Guaporé (1943), depois Território Federal de Rondônia (1956) e do estado de Rondônia (1981).

⁽⁵⁾ Parte de Mato Grosso até 1977, quando criado o estado de Mato Grosso do Sul.

⁽⁶⁾ Década de 1980.

⁽⁷⁾ Data indefinida, ao longo do século XX.

⁽⁸⁾ Década de 1990.

⁽⁹⁾ Década de 2000.

⁽¹⁰⁾ Década de 1950.

⁽¹¹⁾ Década de 1960.

⁽¹²⁾ Década de 1970.

Uma leitura mais ampla desse terceiro período permite identificar quatro subperíodos: o início do século XX; entre 1928 e o fim da década de 1950; entre 1958 e a década de 1980; e a partir da década de 1990.

No início do século XX, após o Tratado de Petrópolis, constituíram-se diversos núcleos em ambos os países, conforme mostrado nos quadros 5 e 6. Na porção amazônica da fronteira, a criação desses núcleos relacionou-se à incorporação do Acre ao território brasileiro, à produção da borracha e à construção da ferrovia Madeira-Mamoré⁴⁸. Já na

⁴⁸ Teixeira Soares estima que a obra tenha custado quase £ 9.000.000 e levado à morte de 40.000 operários (TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil. Op. Cit.*). Segundo Kinn Franco, a ferrovia deveria ter seguido até Riberalta, trecho substituído pela previsão da construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, para ligar as cidades de

porção platina, foram constituídos, sobretudo, com a implantação de linhas de telégrafo, a ocupação por comunidades tradicionais e a iniciativa oficial.

Do lado boliviano, formaram-se apenas dois núcleos: a já mencionada cidade de Cobija e Las Petas. Já do lado brasileiro, foram diversos núcleos: no então Território Federal do Acre – Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Vila Brasília e Plácido de Castro; em Mato Grosso – Costa Marques, Porto Velho e Guajará-Mirim, entre outros.

A partir do fim dos anos 1920, foram realizados ajustes fronteiriços e iniciativas de integração entre Brasil e Bolívia: o ‘Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias’, de 1928 (Tratado de Natal) e os Tratados de ‘Vinculação Ferroviária’ e de ‘Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano’, ambos de 1938; todos firmados no Rio de Janeiro. Teixeira Soares⁴⁹ aponta que o Tratado de 1928 resolveu algumas pendências fronteiriças que restaram do Tratado de Petrópolis, como entre o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz. Sobre as iniciativas de integração, previa-se que o Brasil deveria dar um auxílio financeiro à Bolívia para obras ferroviárias entre os dois países, revelando um estreitamento das relações bilaterais por meio da integração logística. Essa ideia avançou em 1938 e materializou-se na construção da Ferrovia entre Santa Cruz de la Sierra e a fronteira com o Brasil, nas proximidades de Corumbá, o que viabilizou o escoamento da produção do Oriente boliviano pelo porto brasileiro de Santos. O projeto previu 651 km, teve seu primeiro trecho inaugurado em 1941 e foi concluído em 1955⁵⁰. Em entrevista, o Embaixador Kinn Franco⁵¹ aponta que essa iniciativa teve grande relevância para a integração e a ampliação do comércio entre os dois países.

Nesse contexto, entre 1928 e o fim da década de 1950, constituíram-se novos núcleos em distintas porções da fronteira Brasil-Bolívia. Do lado boliviano cabe destacar a constituição de dois núcleos a partir da construção da mencionada ferrovia: El Carmen Rivero Torrez e Puerto Quijarro, esse último, situado no limite internacional com o Brasil,

Guajará-Mirim e Guayaramerín, com custos arcados pelo Brasil, como definido em um novo acordo firmado entre os dois países em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007 (KINN FRANCO, J. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia* [28 jul. 2021]. Entrevistador: X. X. Xxxxxx. Brasília. 1 arquivo .mp3 (27 min 26 s). A ferrovia Madeira-Mamoré teve um grande mérito nas relações entre Brasil e Bolívia, no sentido de uma maior aproximação após a anexação do Acre, mas a obra já nasceu subutilizada dada a decadência da produção da borracha na Amazônia em virtude do aumento da produção asiática. A ferrovia foi desativada em julho de 1972, a partir de um Protocolo adicional ao Tratado de Petrópolis, em 27 de outubro de 1966, assinado no Rio de Janeiro, que previu a sua substituição por uma rodovia que não se afastasse da área de influência da ferrovia e vinculasse Porto Velho e Guajará-Mirim (VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, *Op. Cit.*).

⁴⁹ TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. *Op. Cit.*

⁵⁰ Quanto ao traçado dessa ligação ferroviária entre os dois países, atualmente é constituído por um trecho do lado boliviano que liga Puerto Quijarro a Santa Cruz de la Sierra, denominada Ferrovia Oriental; do lado brasileiro, é constituído pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que liga Corumbá a Bauru, onde há conexão ferroviária com o porto de Santos (TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. *Op. Cit.*).

⁵¹ KINN FRANCO, J. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia*, *Op. Cit.*

viabilizou o acesso ao rio Paraguai. Do lado brasileiro, diversos núcleos se formaram, como a Vila Eptácio Pessoa, no limite internacional, então Território Federal do Acre, com base no extrativismo.

Em 29 de março de 1958, Brasil e Bolívia assinaram um documento, em La Paz, que convencionou-se chamar de ‘Acordo de Roboré’, um conjunto de 31 atos internacionais frutos de uma negociação que se estendeu pela década de 1950 entre a chancelaria de ambos os países. Para Teixeira Soares, Embaixador brasileiro envolvido na coordenação das negociações do Acordo, a ideia era estabelecer “uma ‘negociação global’ de modo a resolver todos os assuntos entre o Brasil e a Bolívia e apagar ressentimentos e suspeitas”⁵². O documento versa sobre vários temas como: comércio; livre trânsito; cooperação técnica e econômica; infraestrutura (principalmente ferroviária); petróleo e gás natural; e intercâmbio fronteiriço e limites⁵³. Em entrevista, a diplomata Gazinelli⁵⁴ ressalta a robustez desse Acordo, tendo em vista a o rol de questões contempladas e Kinn Franco⁵⁵ aponta que se estabelece a facilitação, especialmente na fronteira, em relação a fluxos comerciais e de pessoas, como uma ferramenta importante, mas que precisa ser atualizada e detalhada.

Após o Acordo de Roboré, no âmbito das iniciativas multilaterais, na década de 1960, Brasil e Bolívia assinaram, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai, o Tratado da Bacia do Prata, firmado em Brasília, no dia 23 de abril de 1969, visando a exploração integrada e harmônica dessa bacia. Logo depois, no âmbito das iniciativas bilaterais, em 1973, assinou-se o ‘Acordo sobre o Gasoduto Bolívia-Brasil’, para a construção da referida obra para conectar Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia, no estado de São Paulo.

Ainda nesse subperíodo, quanto ao avanço da ocupação na fronteira do lado brasileiro, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, constituíram-se novos núcleos com base da expansão da agropecuária e de projetos de colonização oficial, especialmente em Mato Grosso e Rondônia. Do lado boliviano constituíram-se novos núcleos especialmente no departamento de Santa Cruz, motivados pela exploração florestal, ocupação de comunidades tradicionais, implantação de infraestrutura de transportes e presença oficial

⁵² TEIXEIRA SOARES, Á. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Op. Cit, p. 234.

⁵³ As negociações sobre limites internacionais foram tratadas na Nota Reversal NR. 1.C/R, que indicou ajustes em geodésicas que cortam objetos naturais, como lagos e morros. A pendência restante que restou foi quanto à Isla Suarez/Ilha Guajará-Mirim, no rio Mamoré, entre os municípios de Guayaramerín e Guajará-Mirim. Atualmente, a ilha fluvial de 2,58 km² se encontra efetivamente administrada pelos bolivianos e a maior parte de seus terrenos é de brasileiros (VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Op. Cit.).

⁵⁴ GAZINELLI, G. G. *Entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)* [24 mai. 2021]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (38 min 17 s).

⁵⁵ KINN FRANCO, J. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia*, Op. Cit.

na fronteira; em menor número formaram-se núcleos em Pando e no Beni pela exploração florestal e como entrepostos comerciais.

A partir da década de 1990, Brasil e Bolívia adotaram uma série de iniciativas conjuntas em diversas áreas, com ênfase para a infraestrutura e a aproximação comercial. Paralelamente, em distintas porções da fronteira, são estabelecidos novos núcleos, influenciados pela modernização das infraestruturas e pelo avanço da agropecuária. A maior parte dos núcleos concentrou-se na porção norte da fronteira e do lado brasileiro. Entretanto, quando se consideram os entes subnacionais, o departamento de Pando registrou o maior número, seguido pelo estado Rondônia.

Sobre as relações bilaterais, a década de 1990 foi marcada pela construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, cuja primeira fase foi inaugurada em 1999, conectando o departamento de Santa Cruz e o estado de São Paulo. Em março de 2000 inaugurou-se outro trecho, que chegou até o Rio Grande do Sul. Em 2001, uma ramificação foi construída para a conexão com Mato Grosso, por meio do gasoduto lateral Cuiabá. Para Gazinelli⁵⁶, com o Gasoduto, a pauta energética se afirmou como um eixo estruturante da relação Brasil-Bolívia.

Para Kinn Franco⁵⁷, as relações entre Brasil e Bolívia são sólidas e duradouras e tiveram seu auge no início do século XXI, com protocolos para investimentos brasileiros em obras de infraestrutura na Bolívia, acordos de comércio, amizade, colaboração, além de um aumento na compra de produtos industrializados brasileiros por parte da Bolívia.

Na década de 2000, foi firmado, entre Brasil e Bolívia, o ‘Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios’, celebrado em 8 de julho de 2004, em Santa Cruz de la Sierra. Na mesma data e local, firmou-se o ‘Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos’ no qual foram reconhecidas as seguintes ‘Localidades Fronteiriças Vinculadas’: Brasileia/Cobija, Guajará-Mirim/Guayaramerín, Cáceres/San Matías e Corumbá/Puerto Suárez. Cidadãos dessas localidades, portadores do ‘documento especial fronteiriço’, nos limites da localidade vinculada do outro país, possuem o direito de residência, ao exercício de trabalho, ofício ou profissão, com obrigações e direitos previdenciários, e a permissão para frequentar estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

No âmbito de iniciativas que envolvem cidades de fronteira, destaca-se ainda a instituição, em 1997, dos Comitês de Integração Fronteiriça, reativados em 2011. Esses

⁵⁶ GAZINELLI, G. G. *Entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)*. Op. Cit.

⁵⁷ KINN FRANCO, J. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia*, Op. Cit.

comitês envolvem: Corumbá/Puerto Suárez, Cáceres/San Matías, Guajará-Mirim/Guayaramerín e Brasília/Epitaciolândia/Cobija⁵⁸. Apesar de uma atuação descontínua e do questionamento sobre a sua efetividade, segundo Kinn Franco⁵⁹, esses comitês constituem uma importante ferramenta de cooperação.

Especificamente sobre saúde, em 2017, foi assinado o ‘Acordo Interinstitucional Internacional entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Ministério da Saúde da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira’.

Além das iniciativas anteriores, apresenta-se a discussão de novos projetos de integração logística entre ambos os países, a exemplo de uma conexão ferroviária entre o porto brasileiro de Santos e o porto peruano de Ilo, atravessando os territórios brasileiro e boliviano, com o aproveitamento e complementação da estrutura já existente. Essa discussão foi impulsionada no âmbito da Iniciativa Regional para a Integração Sul-Americana (Iirsa)/Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), mas o projeto segue indefinido.

Sobre as ligações fronteiriças, as autoridades entrevistadas apontam algumas iniciativas planejadas e em vias de concretização, como:

- a construção de uma ponte sobre o rio Mamoré⁶⁰, entre Guajará-Mirim e Guayaramerín⁶¹;
- uma conexão por ponte sobre o rio Guaporé/Iténez, entre a comunidade Forte Príncipe da Beira (Costa Marques) e San Juan de Puerto Ustarez (San Joaquín)⁶²;

⁵⁸ FERNANDES, R. M. S. Cotidiano fronteiriço versus deliberações de Estado: aniquilamento de classe e desentrosamento(s) de governança na zona de fronteira Brasil/Bolívia. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3423>. Acesso em 12 mar 2020.

⁵⁹ KINN FRANCO, José. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia, Op. Cit.*

⁶⁰ Até dezembro de 2025, registra-se o processo de licitação em andamento, com perspectiva de materialização do projeto Como parte do novo Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro, o projeto teve sua Ordem de Serviço firmando em 08/08/2025, abrindo caminho para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo e a realização das obras e demais operações para a construção do empreendimento.

⁶¹ KINN FRANCO, J. *Entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia, Op. Cit.*; GUIMARÃES, T. F. S. *Entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)* [3 fev. 2022]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (17 min 53 s).

⁶² BRITO, E. O. *Entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)* [2 ago. 2021]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (16 min 38 s); GIRALDO JUSTINIANO, C. *Entrevista com Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia)* [31 ago. 2021]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (13 min 19 s); LEITE, I. A. S. *Entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil)* [30 jun. 2021]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (42 min 02 s).

- o financiamento brasileiro para obras de melhoria na infraestrutura viária fronteiriça boliviana, como a perspectiva de asfaltamento da rodovia entre San Matías e San Ignacio de Velasco⁶³.

Por fim, quanto às relações entre os dois países no contexto sul-americano, cabe salientar o ‘Acordo de Complementação Econômica, entre os Governos dos Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República da Bolívia’, firmado em 1996, para a formação de uma área de livre comércio, e o processo de adesão da Bolívia ao Mercado Comum do Sul, iniciado 2012 e concluído em 2023.

Quando se analisa o conjunto dessas iniciativas, concretizadas ou planejadas, ressalta-se a afirmação da parceria bilateral, que toma a fronteira como elemento estratégico e integrador entre ambos os territórios, em especial quanto às suas cidades fronteiriças e aos distintos núcleos fronteiriços articulados.

Considerações finais

A fronteira entre Brasil e Bolívia tem sua origem na colonização ibérica da América do Sul. Passou por distintas transformações até a consolidação dos limites contemporâneos, definidos em tratados que retrataram os processos de constituição de relevantes núcleos de ocupação.

A formação embrionária dessa fronteira se deu no século XVIII, quando os fluxos para o interior do subcontinente e a constituição de núcleos pelas metrópoles ibéricas se avizinham.

A partir dos domínios espanhóis, destacaram-se as incursões pela bacia Platina e Amazônica e o estabelecimento das missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos; já a partir dos domínios portugueses, os movimentos de entradas e bandeiras. Na esteira desses processos, consolidaram-se diversos núcleos no interior do subcontinente, formando uma vasta zona de fronteira, cujos limites foram cancelados pelo Tratado de Madri (1750).

Com a emancipação política de Brasil e Bolívia na década de 1820, ambos os países seguiram estratégias para resguardar seus domínios, estabelecendo novos núcleos na zona de fronteira. Esses núcleos e os precedentes, associados aos limites herdados do período colonial, serviram de base para os limites previstos no Tratado de La Paz de Ayacucho (1867).

⁶³ RIVERO ALCÁNTARA, R. *Entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)* [15 abr. 2021]. Entrevistador: X. X. XXXXXX. Virtual. 1 arquivo .mp3 (19 min 45 s).

Na porção amazônica dessa fronteira, surgiu uma série de núcleos ao longo das margens dos rios baseados na produção da borracha. Tendo em vista o avanço da ocupação brasileira na porção norte do limite acordado, ocorreu um expressivo litígio acerca do território do Acre e novos limites foram acordados em 1903, com o Tratado de Petrópolis.

Após o Tratado de 1903, inaugurou-se um novo período para a história da fronteira Brasil-Bolívia. Os dois países ampliaram crescentemente a integração entre seus territórios e promoveram medidas de cooperação, esboçadas nos Tratados de Limites e Comunicações Ferroviárias (1928), de Vinculação Ferroviária e de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano (1938) e no Acordo de Roboré (1958). Ao longo desse período, uma série de núcleos se constituiu nessa zona de fronteira, indicando o seu adensamento.

A análise desses períodos de formação da fronteira Brasil-Bolívia permite concluir que, de uma zona porosa e móvel onde seria assentada a soberania, essa fronteira passou a ser vista como um caminho para a integração no subcontinente. Ao longo desse processo, os núcleos fronteiriços foram e são peças fundamentais.

Além de terem balizado o limite internacional, tais núcleos tiveram um papel central na teia de relações que se estabeleceu entre Brasil e Bolívia. Nesse sentido, os núcleos de ocupação foram, indiscutivelmente, os elementos constituintes dessa fronteira e têm um papel importante na sua configuração geoestratégica contemporânea.

Recebido em 04 de março de 2026
Aceito em 28 de maio de 2026